

O chamado dos profetas: um apelo à obediência da lei e à prática da justiça social, sinais da verdadeira conversão

The call of the prophets: an appeal to obey the law and practice social justice, signs of true conversion

Luciano dos Santos Melo¹

Resumo

Alvos de grande quantidade de escritos e estudos, os profetas exerceram um papel de imensa responsabilidade diante de Deus e do povo de Israel. Eram escolhidos por Deus para levar a sua mensagem, seja ela de orientação, repreensão, consolo ou de esperança. Neste artigo, utilizando-se do método de pesquisa bibliográfico, pretende-se analisar, explicitar e explicar o chamado que os profetas, esses homens de destaque na época do Antigo Testamento, faziam aos seus ouvintes como um apelo à observância da lei de Deus e à prática da justiça social. Trata-se de algo que é possível verificar em diversas passagens bíblicas. Logo após, propõe-se refletir sobre a conexão entre esses dois aspectos, isto é, a obediência da lei e a prática da justiça social.

Palavras-chave

Profetas. Apelo. Chamado. Justiça social. Lei.

Abstract

The subject of a large number of writings and studies, the prophets played a role of immense responsibility before God and the people of Israel. They were used by God to carry his message, be it guidance, rebuke, consolation or hope. In this article, using the bibliographic research method, we intend to analyze, explain and explain the call that the prophets, these prominent men in the Old Testament era, made to their listeners as an appeal to the observance of God's law and the practice of social justice. This is something that can be seen in various biblical passages. Right after, we propose to reflect on the connection between these two aspects, that is, obedience to the law and the practice of social justice.

Keywords

Prophets. Appeal. Called. Social justice. Law.

INTRODUÇÃO

O termo hebraico mais comum para profeta, “*nabiy*”, em si transmite o significado de porta-voz de Deus. Ele pregava para a própria geração, mas também predizia acontecimentos futuros. Com esse aspecto duplo em seu ministério, apresentava a mensagem de Deus, sendo assim, um pregador ou proclamador da palavra de Deus que predizia as suas ações, ou seja, as de Deus. Era, portanto, um pregador da verdade e também prenunciador do futuro (LAHAYE; HINDSON, 2010, p.383).

Nas escrituras do Antigo Testamento, a figura do profeta tem uma considerável ênfase tanto por seu papel de mediador entre Deus e o homem, seja esse o rei, um sacerdote, o povo ou

¹ Mestre em Teologia pela Faculdades Batista do Paraná (FABAPAR). Especialista em Ciências da Religião pela Universidade Candido Mendes (UCAM). Bacharel em Teologia pela Universidade Luterana do Brasil (Ulbra). Contato: stsmelo@hotmail.com.

alguém específico, quanto por suas atuações mais enérgicas de advertência e chamado à conversão, à obediência da lei e à prática da justiça social. O seu papel de mediador não era peculiaridade do povo de Israel. Em quase todas as culturas já existiam os intermediários entre o homem e a divindade. Alguns, inclusive, eram “aceitos” e outros eram “proibidos”, uns reconhecidos como “bons” enquanto outros como “maus”. Todavia, essa conotação negativa e de proibição pelo próprio Deus adquire força no mundo bíblico, mais precisamente no Antigo Testamento (SICRE, 2002, p. 65-66).

O texto de Deuteronômio 18,14-18,² onde aparece a proibição de consultar agoureiros e adivinhos de todo o tipo, apesar de ser compreendido como uma referência ao Messias de Israel, tem seu significado original a toda série de profetas como portadores da palavra de Deus (SICRE, 2002, p. 74). No Antigo Testamento, Deus escolhia os seus profetas para transmitir suas instruções (HILL; WALTON, 2007, p. 153).

O profeta atuava de forma individual ou em grupo, porém, os dados mais antigos de que se tem acesso os apresentam em grupo. Era escolhido por Deus para repassar algum conhecimento especial em relação ao que se deve fazer no presente ou sobre as incertezas do futuro (SICRE, 2002, p. 89,93).

Nesse sentido, tipicamente percebe-se nas páginas do Antigo Testamento que o profeta dava a direção a ser seguida em casos específicos em que a lei de Moisés não se pronunciava a respeito. Um exemplo é o caso de Saul e o seu servo, que decidem consultar o profeta Samuel para saber algo a respeito de suas jumentas (1Sm 9). Outro caso pode ser visto na ocasião em que o rei Acabe termina sendo morto. Ele consulta o profeta Micaías para saber se deveria ou não guerrear contra o Rei da Síria (1Rs 22,13-28).

Já sobre o futuro era comum ocorrer advertências da parte dos profetas após o povo de Israel cair em apostasia. Havia então um chamado à obediência da lei de Deus, caso contrário sofreriam as devidas consequências que muitas vezes eram preditas pelos próprios profetas (Dt 28). Robinson e Larson (2009, p. 316) escrevem: “Os profetas do Antigo Testamento advertiam que, se Israel não se convertesse de seus pecados, eles seriam levados ao cativeiro”.

Através da leitura bíblica verifica-se que Deus se utilizava dos seus profetas para orientar e cuidar da nação de Israel. Quando deixavam de andar nos caminhos do Senhor e de atentarem para a lei de Moisés, caindo em idolatria, sacrificando a outros deuses, misturando-se com povos pagãos em casamento, oprimindo os mais fracos etc., Deus os enviava com uma mensagem de repreensão para que se convertessem e retornassem à aliança com ele. Em muitos casos ainda pode ser vista uma situação da atuação profética no sentido de condenar a nação por sua falsa religiosidade, pois não tinham os sinais de uma verdadeira conversão. É o caso do livro de Amós, capítulo 5, em que a nação, apesar de cumprir seus rituais de holocaustos, ofertas de manjares, ofertas pacíficas e observarem as festas religiosas, viviam na prática de diversos pecados como a aceitação de suborno, a extorsão do pobre com cobrança de aluguéis

² Todas as passagens bíblicas citadas neste trabalho são da versão Almeida Revista e Corrigida.

O chamado dos profetas

exorbitantes, desfrutavam de imenso luxo enquanto muitos morriam de fome, enfim, sustentavam um sistema corrupto (WIERSBE, 2010, p. 445).

Portanto, o artigo terá como abordagem três aspectos. O primeiro trata-se do chamado dos profetas como um apelo à obediência da lei de Deus, isto é, de toda a lei que aparece no Antigo Testamento. O segundo será com relação ao chamado dos profetas como um apelo à prática da justiça social. E por último, será tratada a relação entre a obediência da lei e a prática da justiça social na visão profética.

1 O CHAMADO DOS PROFETAS COMO UM APELO À OBEDIÊNCIA DA LEI DE DEUS

Para que se possa compreender melhor a perspectiva do chamado dos profetas como um apelo à obediência da lei, se faz necessário entrar na questão do significado de sua importância para a nação de Israel. De grande valia é o estudo do conceito de *torah*,³ palavra hebraica mais utilizada para lei no Antigo Testamento. Ela traz na verdade um conceito que abrange dois lados. O que normalmente na teologia protestante se distingue como lei e Evangelho, promessa e desafio, lei e graça, muitas vezes de maneira contraposta, são mantidos como unidade no conceito de *torah*. São os dois lados da palavra de Deus. Na linguagem coloquial da época do Antigo Testamento tinha o significado de ensinamento da mãe (Pv 1,8; 6,20; 31,26) e do pai (Pv 4,1) para iniciar os seus filhos no caminho da vida, advertindo-os diante das armadilhas da morte (CRÜSEMANN, 2001, p. 12).

Em geral, o significado de lei é bem mais do que uma ordem ou afirmação de Deus sobre algum assunto. Refere-se, portanto, ao ensino e à instrução, a maneira de Deus instruir o seu povo. A ideia é bem desenvolvida em Deuteronômio capítulo 6, pois apesar de não conter nem uma única vez a palavra *torah*, a essência de seu significado e importância aparecem ali de forma explícita. Refere-se à visão de que Deus é único e deve-se amá-lo, transmitindo tal fé aos filhos, família e comunidade (MEISTER, 2003, p. 20-21).

A lei trata da comunicação da vontade de Deus e criador de todas as pessoas a um único povo, a nação de Israel. No entanto, nela também se encontram instruções para todas as pessoas (Gn 9,1-7). Dos patriarcas em diante se fala de um único povo e somente para esse vale a aliança, até que no Sinai ela é comunicada por Deus a Moisés para Israel (CRÜSEMANN, 2001, p. 14).

³ O substantivo *torah* é usado na Bíblia mais de 220 vezes referindo-se às diversas formas de lei de Deus. Outras palavras também são traduzidas como mandamentos, preceitos e estatutos, sendo utilizadas de formas intercambiáveis. Todavia, pode-se afirmar que *torah* inclui todos esses termos e alguns outros encontrados na Bíblia, sendo seu sentido mais amplo como: de obrigação, de ordens diretas de Deus, de lei escrita gravada normalmente em pedra, e de ensino ou instrução (MEISTER, 2003, p. 19-20). É nesse sentido mais amplo, ou seja, incluindo todos esses aspectos e não apenas um, ou apenas o pentateuco, ou apenas o “livro da aliança”, ou ainda apenas os dez mandamentos que a palavra “lei” é utilizada em todo este artigo.

Dessa maneira, verifica-se que a lei era uma forma de instrução vinda da parte de Deus para que a nação que ele tirou do Egito andasse segundo a sua vontade, se conduzisse da forma correta no cotidiano, nos relacionamentos, nas formas de culto, etc. Crüsemann (2001, p. 23) comenta que “ela abrange sentenças jurídicas, morais, cultuais, religiosas, teológicas e históricas”. Cabe ressaltar que a mesma também apresentava promessas caso as instruções e os ensinamentos fossem seguidos, como, por exemplo, é declarado até mesmo em um versículo neotestamentário: “Honra a teu pai e a tua mãe, que é o primeiro mandamento com promessa, para que te vá bem, e vivas muito tempo sobre a terra” (Ef 6,2-3).

Champlin e Bentes (1997, p. 761) discorrem sobre o assunto afirmando que “o propósito dos códigos era moldar a vida do povo de Deus, a fim de prepará-lo para a conduta apropriada, e tendo em vista a glória final de Israel, entre as nações, como a cabeça das nações”. Exposto isso, pode-se então compreender melhor e mais adequadamente o chamado dos profetas no sentido mais específico como um apelo à obediência da lei. Waltke (2015, p. 51) escreve que “os profetas eram fundamentalmente reformadores, que enfatizavam a lei de Deus e chamavam o povo de Deus de volta à fidelidade à aliança da qual tinham se afastado”.

Moisés, antes do povo atravessar o Rio Jordão expõe de forma condicional a aliança de Deus com Israel. Ele faz uma exposição da lei ao povo e apresenta bênçãos e maldições. Prosseguindo, diz que se o povo de Israel ouvisse a voz do Senhor e guardasse todos os seus mandamentos, seria exaltado sobre todas as nações (Dt 28,1). Ainda sobre as bênçãos ele diz que o Senhor colocaria Israel por cabeça e não por cauda, quando obedecessem aos mandamentos do Senhor (Dt 28,13). Na sequência o texto fala sobre as consequências da desobediência que viriam sobre o povo caso esse não levasse a sério a sua lei.

Trata-se de um forte apelo à obediência da lei com a explícita advertência em relação às consequências que viriam, sejam elas advindas da obediência ou da desobediência. Moisés dá uma instrução clara para que se escolha o melhor caminho, aquele que leva à vida, livrando assim do caminho da morte. A promessa e o desafio, a lei e o Evangelho andam juntos. Nada mais claro a respeito disso do que esse texto de Deuteronômio 28.

Outro aspecto ainda merece ser ressaltado, o de que a lei serviria como testemunho e condição para que Israel fosse propriedade particular de Deus na Terra (Ex 19,5). Era um privilégio e honra para a nação e eles tinham tal consciência. A lei tinha tal importância também do lado de fora de Israel, ou seja, em relação aos povos estrangeiros. Sobre isso o texto sagrado diz:

Vedes aqui vos tenho ensinado estatutos e juízos, como me mandou o SENHOR, meu Deus, para que assim façais no meio da terra a qual ides a herdar. Guardai-os, pois, e fazei-os, porque esta *será* a vossa sabedoria e o vosso entendimento perante os olhos dos povos que ouvirão todos estes estatutos e dirão: Só este grande povo *é* gente sábia e inteligente. Porque, que gente *há tão* grande, que tenha deuses *tão* chegados como o SENHOR, nosso Deus, todas as *vezes* que o chamamos? E que gente *há tão* grande, que tenha

O chamado dos profetas

estatutos e juízos *tão* justos como toda esta lei que hoje dou perante vós? (Dt 4,5-8).

Assim sendo, a lei é exposta como a sabedoria suprema da nação de Israel à vista das demais nações. Não se permite que o louvor da lei seja separado do criador da lei. A glória de Israel deveria ser vista na retidão da obediência da lei dada por Deus em sua aliança, na proximidade e acessibilidade a Deus (ALLEN, 1994, p. 240).

Por esse ângulo, poderemos entender melhor o zelo do profeta Samuel em relação à desobediência do rei Saul, que deveria ter destruído Amaleque e tudo o que tinha, não o perdendo. No entanto, após vencer os amalequitas, Saul poupa o seu rei Agague e diversos animais com a desculpa de que iria oferecê-los em sacrifício. Por conta dessa desobediência é que Samuel lhe diz: “Tem, porventura, o SENHOR tanto prazer em holocaustos e sacrifícios como em que se obedeça à palavra do SENHOR? Eis que o obedecer é melhor do que o sacrificar; e o atender melhor é do que a gordura de carneiros” (1Sm 15,22).

Na mentalidade dos povos antigos a conduta de Saul é excelente, pois reservou tudo o que “valia a pena” (SICRE, 2002, p. 392). O conceito de anátema (1Sm 15,3) é um conceito radical, que representa uma destruição com aniquilação total de tudo o que há dentro, nesse caso, da cidade de Amaleque. A sociedade tribal igualitária pelo que se sabe nunca desenvolveu tal costume de destruição (CRÜSEMANN, 2001, p. 186-187). Em relação aos amalequitas tal orientação para Israel está registrada em Deuteronômio 25,17-19.

Sendo assim, para as nações vizinhas que viessem a saber do fato, a atitude de destruição total dos amalequitas não poderia ser outra coisa senão a obediência a alguma instrução divina, pois o costume dos povos e até mesmo de Israel em alguns casos, era de ficar com os despojos (Dt 3,7; Jz 5,30; Gn 14,11). Portanto, as palavras de Samuel ao rei Saul não foram uma mera confrontação casual, mas um chamado à obediência que também carrega um testemunho para as nações. O centro da questão é que obedecer é melhor do que sacrificar, ou seja, obediência a sua lei está acima do que a prática de rituais, ainda que esses sejam uma forma de celebração de culto. O chamado dos profetas está ligado muito mais à obediência sincera do que às práticas e ritos comuns da época.

O relato a seguir retrata ainda mais claramente o chamado dos profetas como um apelo à obediência da lei.

E o SENHOR protestou a Israel e a Judá, pelo ministério de todos os profetas e de todos os videntes, dizendo: convertei-vos de vossos maus caminhos e guardai os meus mandamentos e os meus estatutos, conforme toda a lei que ordenei a vossos pais e que eu vos enviei pelo ministério de meus servos, os profetas (2Rs 17,13).

Nessa perspectiva, o chamado do profeta servia para admoestar a nação quanto ao descumprimento da lei, sendo assim, um clamor à obediência da mesma. No entanto, apesar das

severas exortações, no tempo dos reis de Israel e Judá as palavras dos profetas também traziam esperança (HILL; WALTON, 2007, p. 257-258).

O profeta Isaías começa as suas profecias com uma série de sermões condenando o pecado. Primeiro os pecados pessoais do povo (capítulos 1-6), em seguida os pecados nacionais dos líderes (capítulos 7-12). Há nessas mensagens um chamado ao arrependimento (WIERSBE, 2010, p. 10). Em Isaías 1,10 a convocação para obedecer à lei de Deus aparece explicitamente: “Ouvi a palavra do SENHOR, vós príncipes de Sodoma; prestai ouvidos à lei de nosso Deus, vós, ó povo de Gomorra”. Em seguida, (Is 1,11), Isaías prossegue entrando na questão do ritualismo vazio. A obediência está acima dos rituais e sacrifícios, por isso o chamado “prestai ouvidos à lei”.

Jeremias profetizando e seguindo a mesma ótica de repreensão convoca o povo à obediência e diz:

Se não me derdes ouvidos para andardes na minha lei que pus diante de vós, para que ouvísseis as palavras dos meus servos, os profetas, que eu vos envio, madrugando e enviando, mas não ouvistes. Então, farei que esta casa *seja* como Siló e farei desta cidade uma maldição para todas as nações da Terra (Jr 26,4-6).

Daí em diante pode-se citar praticamente todos os profetas dando ênfase à obediência da lei. Oséias, que anuncia a retribuição do Senhor devido ao esquecimento da lei (Os 4,6-9). Amós semelhantemente declara que Deus não retiraria o castigo de Judá, pois esta tinha rejeitado a lei, não guardando seus estatutos (Am 2,4). Sofonias fala em relação aos líderes, sacerdotes e profetas que profanam o santuário e violam a lei. Zacarias diz que o povo endureceu o coração para a lei mesmo Deus enviando seus profetas muitas vezes para adverti-los (Zc 7,12).

Por fim, destaca-se a profecia de Malaquias que encerra o seu livro com uma exortação final à obediência (Ml 4,4). Era um aviso para que o povo se lembrasse da lei de Moisés (MACDONALD, 2011, p. 797). Enquanto Malaquias profetizou para a geração dele no que diz respeito à lei, é interessante perceber que os profetas Jeremias e Ezequiel apontavam para um futuro em que tal apelo e convocação não seriam mais necessários, pois a lei estaria gravada no coração dos homens (Jr 31,33-34; Ez 36,26-27), cessando assim essa sublime tarefa dos profetas.

2 O CHAMADO DOS PROFETAS COMO UM APELO À PRÁTICA DA JUSTIÇA SOCIAL

Outro aspecto importante do ofício dos profetas é o apelo à justiça social. Esse era um assunto recorrente, pois desde o estabelecimento da lei de Moisés ficou claro para a nação de Israel que fazer justiça social não deveria ser algo colocado em segundo plano.

O chamado dos profetas

Apesar da mensagem repetitiva dos profetas a respeito da vontade de Deus em que se faça justiça social em relação aos mais desfavorecidos, raramente a nação de Israel honrou o seu Senhor nesse quesito. Era uma falha grave que inclusive rejeitava a advertência ameaçadora que anunciava o castigo iminente (SHEDD, 1993, p. 10).

A respeito desse mesmo assunto discorrem Coelho e Daniel (2012, p. 37).

A expressão “justiça social” merece uma análise mais acurada em nossos dias, pois os profetas tratam desse assunto sem muita cerimônia. Nos dias desses homens de Deus, a justiça social referia-se ao cumprimento da lei no tocante ao próximo e ao respeito com que ele deveria ser tratado, independentemente de sua condição social.

Leis que regulavam os judeus no seu convívio social e o instruíam a não explorar e oprimir o estrangeiro (Ex 23,9), a ser solidário e sustentar o levita, o órfão e a viúva com os dízimos (Dt 14,27-29), não explorar o necessitado de empréstimos utilizando juros (Dt 23,19-20), cuidar e ajudar os pobres, estrangeiros e órfãos em geral (Dt 24), ter misericórdia e bom senso em não levar em penhor a vestimenta que poderia ser a única de uma viúva (Dt 24,17), não agir com desonestidade nos negócios (Lv 19,35-36), dentre outras coisas, são exemplos da preocupação do próprio Deus com a causa social.

Crüsemann, se referindo ao livro de Deuteronômio e suas leis destinadas à justiça social, escreve:

Todo este sistema integrado de leis em favor da segurança social corresponde ao pensamento deuteronômico fundamental: a liberdade recebida, representada em termos teológicos pelo êxodo e pela dádiva da terra, e manifesta na liberdade da população rural, inclui a dimensão de estar livre do pagamento de taxas (pagas ao estado) e de trabalho forçado. Ela encontra seu limite apenas no duplo vínculo: com o doador da liberdade e com aqueles que não participam na mesma medida desta liberdade. A partir disto são elaboradas garantias de segurança social e de sobrevivência para todos os grupos problemáticos e para aqueles que estão sob a ameaça da decadência. E mais: esta relação não aparece como apelo moral e espírito de caridade, mas como direito. Só a doação de liberdade e riqueza pode garantir as dádivas recebidas (CRÜSEMANN, 2001, p. 327).

A tarefa de sustento e de distribuição de bens necessários à sobrevivência deveria ser parte integrante da vida cotidiana do povo, que deveria se mover assim em gratidão ao Senhor. O caso do maná enviado por Deus do céu ilustra bem a ideia em questão. Como cada um deveria se saciar com um gômer, não importava se um pegava mais e outro menos, pois no final tudo era dividido e então a conta fechava perfeitamente, não sobrava ao que muito colheu e não faltava ao que pouco colheu (Ex 16,18). A tarefa de dividir com os necessitados era uma ação permanente que levaria o povo a uma vida mais justa.

Os profetas estavam sempre denunciando a violação do direito do pobre, pois esse estava sempre sendo torcido. Por isso, era constante a crítica dos profetas por causa dessa negligência com a prática da justiça social, o que era uma advertência vinda do próprio Deus

(CRÜSEMANN, 2001, p. 256, 269). Nesse aspecto, pode-se então compreender melhor apelos como o do profeta Isaías que no primeiro capítulo de seu livro faz um clamor à causa do oprimido, do órfão e da viúva. Esses não estavam sendo socorridos em suas necessidades básicas, ainda que houvesse intensa atividade religiosa como ritualismo sacrificial, celebração de festas sagradas, cultos etc. Tudo isso não passava de mera hipocrisia, por isso Isaías condena tais práticas e diz que Deus não podia mais suportar tais reuniões (Is 1,13).

Em Isaías 10,1-4 também aparece mais uma crítica social dirigida pelo profeta. São várias as advertências desse mesmo tipo em seu livro. O texto fala de acontecimentos do século VIII a.C. em Jerusalém. Trata-se de uma crítica dirigida às pessoas que eram responsáveis por certos procedimentos legais e tidos como típicos. São proprietários ricos que tiram proveito das consequências sociais, espoliando os órfãos e despojando as viúvas (CRÜSEMANN, 2001, p. 41).

Crüsemann (2001, p. 360) diz que “nos séculos VII e VI, Jeremias e Ezequiel se queixam que a terra está cheia de falsidade e adultério – que caracterizam a apostasia do Deus de Israel, junto com a injustiça social”. De fato, pode-se constatar, por exemplo, no livro de Jeremias, a devida queixa quando o profeta faz a repreensão. “Ai daquele que edifica a sua casa com injustiça e os seus aposentos sem direito; que se serve do serviço do seu próximo, sem paga, e não lhe dá o salário do seu trabalho” (Jr 22,13). Em Ezequiel, a descrição dos pecados de Jerusalém que incluíam a opressão e a usura em relação ao próximo, também reafirmam tal ponto de vista (Ez 22, 12-13).

Oséias declara que o Senhor tem uma contenda com os habitantes da Terra porque não há verdade, nem benignidade e nem conhecimento de Deus (Os 4,1). No tempo do profeta não havia misericórdia na Terra, nenhuma compaixão pelos pobres e necessitados, e assim, nenhum amor ao próximo. A deslealdade a Deus prevalecia juntamente com a crueldade de uns para com os outros (WIERSBE, 2010, p. 397).

Um chamado ao arrependimento é feito no final do capítulo 5 (Os 5,15). Em seguida há uma resposta a esse chamado, porém, de forma superficial, não sendo de fato um arrependimento sincero, o que aparece somente no último capítulo (Os 6,1-3). Todavia, Deus apresenta o que realmente importa para ele, deixando claro que era amor e não sacrifícios, e o conhecimento dele e não holocaustos (MACDONALD, 2011, p. 744).

Com tudo isso pode-se perceber a importância da prática da justiça social para os profetas. Por isso, eles dirigem um chamado a tal atitude, pois há uma preocupação constante com a situação do povo, que em diversas situações eram os mais sacrificados e sofriam com a exploração dos mais favorecidos.

A problemática social aparece com ênfase também em Amós e Miquéias, que são bastante preocupados com o tema. Segundo Sicre (2002, p. 243), “a Amós dói sobretudo a situação dos marginalizados sociais; a Miquéias, a opressão dos camponeses da Sefelá por parte dos proprietários de terra e das autoridades de Jerusalém”. Amós protesta contra a nação,

O chamado dos profetas

adverte sobre os pecados que eram frequentes (Am 3,13; 4,1-3) e sem dúvida faz disso um apelo à justiça.

Em relação às injustiças de Samaria, reino do norte, Israel, pode-se contar basicamente apenas com o testemunho de Amós. No caso do reino do sul, Judá e sua capital Jerusalém, o testemunho de Miquéias pode ser útil. Esse profeta apresenta uma realidade semelhante a que foi citada por Amós. Os poderosos se prevaleciam dos pobres, tomando campos e casas, fazendo o mal ao invés do bem (Am 2,1-2). Isso também leva à repreensão por parte de Miquéias que faz um apelo claro à consciência dos líderes em relação à justiça social: “Ouvi agora vós, chefes de Jacó, e vós, príncipes da casa de Israel: não é a vós *que pertence* saber o direito”? (Mq 3,1). Conforme Crüsemann (2001, p. 122), “para Miquéias, os ‘chefes de Jacó’ e os líderes da casa de Israel são responsáveis pelo direito”.

O cenário do profeta Habacuque semelhantemente é de injustiças, destruição e violência. Por isso ele orou a Deus para que tomasse uma providência quanto às contendas e às injustiças na Terra. A causa dos problemas de Judá era os líderes que desobedeciam a Deus (Hc 1,4). Os ricos estavam explorando os pobres e pagavam suborno aos oficiais para escaparem do castigo. A corrupção tomava conta dos tribunais (WIERSBE, 2010, p. 509).

Diante dessa conjuntura Habacuque clama ao Senhor por socorro. A resposta é que o juízo viria por meio dos caldeus, o que deixa o profeta ainda mais perplexo. Isso o fez questionar mais uma vez, agora sobre como pode Deus usar uma nação ainda mais ímpia do que Israel como instrumento de juízo e até quando duraria tal opressão. A resposta é resumida na clássica afirmação de que “o justo, pela sua fé, viverá” (Hc 2,4) (COELHO; DANIEL, 2012, p. 76).

Por fim, na época pós-exílica destaca-se o profeta Zacarias, que logo no primeiro capítulo de seu livro lança mão de um apelo à nação dizendo: “Tornai para mim, diz o SENHOR dos Exércitos, e eu tornarei para vós, diz o SENHOR dos Exércitos” (Zc 1,3). O contexto era o mesmo de Ageu, ou seja, Israel tinha retornado do exílio e se via numa situação de desânimo, não dando a Deus o seu devido lugar. Zacarias censura a comunidade pós-exílica de perpetuar os maus caminhos de seus ancestrais (Zc 1,3-5). Eles eram culpados dos mesmos pecados que levaram as gerações anteriores ao exílio. A mensagem de Zacarias está repleta de preocupação com a justiça social no seu tempo (HILL; WALTON, 2007, p. 597).

No capítulo 7 isso aparece de forma intensa e relacionada com a prática religiosa do jejum, que estava sendo motivo de dúvida. Deus diz que o que ele advertiu a nação no passado a praticar foi a justiça social: “Executai juízo verdadeiro, mostrai piedade e misericórdia cada um a seu irmão; e não oprimais a viúva, nem o órfão, nem o estrangeiro, nem o pobre, nem intente o mal cada um contra o seu irmão, no seu coração” (Zc 7, 9-10).

Exposto isso, pode-se constatar uma perspectiva de chamado dos profetas como apelo à prática da justiça social. Fato esse que não é difícil de perceber nas páginas da Bíblia, pois por ela infere-se que a justiça social tem sua razão de ser na relação entre Deus e o ser humano e na

revelação transmitida a humanidade (SHEDD, 1993, p. 8). Além disso, percebe-se ainda que a prática da justiça social tem uma estreita relação com a obediência da lei.

3 A RELAÇÃO ENTRE A OBEDIÊNCIA DA LEI E A PRÁTICA DA JUSTIÇA SOCIAL NA VISÃO PROFÉTICA

A relação entre a obediência da lei e a prática da justiça social é algo perceptível na Bíblia. Como mostrado no fim do tópico anterior, em Zacarias isso é verificado quando o profeta relaciona o jejum religioso com o que realmente Deus queria. Através do profeta Deus acusa a nação de Israel de abandonar a sua lei, não praticando a devida justiça social, de onde veio a grande ira do Senhor (Zc 7,8-14). Quando havia um coração sincero em obedecer ao Senhor, esse deveria cumprir também as leis relacionadas ao cuidado do povo, pois eram parte da legislação da nação.

As leis de Israel instituídas por Deus visavam criar e manter uma sociedade justa. A nação seria um reflexo do cuidado de Deus, sua justiça e imparcialidade. Como já explicitado, a lei de Deus revelada nas Escrituras Sagradas contém diversas instruções a respeito desse cuidado com os necessitados. Não desprezar o amparo aos pobres (Dt 15,7), prover alimento aos destituídos através do descanso sabático da Terra (Ex 23,11), tratar dignamente os estrangeiros, os órfãos e as viúvas (Dt 10,18), eram apenas algumas leis nesse sentido (SHEDD, 1993, p. 8-9).

Em relação a essas instruções da lei que visavam tal cuidado, Crüsemann (2001, p. 241) diz que “a adoração exclusiva do Deus de Israel é identificada com um comportamento que busca a justiça social para as pessoas socialmente fracas”. Sendo assim, a prática da justiça social não só é parte da obediência e do temor a Deus, mas é uma clara expressão da sincera adoração e reverência a ele.

Assim, na perspectiva dos profetas, o cumprimento das leis era demonstrado mais sinceramente pelas atitudes de cuidado e amparo aos destituídos do que pelas outras leis de cunho sacrificial e cerimonial, pois essas últimas podiam ser facilmente cumpridas de forma dissimulada. No livro de Isaías é evidenciado esse aspecto quando o profeta critica duramente as práticas religiosas de sacrifícios, celebrações de festas, queima de incenso etc., que estavam sendo realizadas apenas para cumprir o ritualismo, que nesse contexto era destacado como falso, pois deixavam de promover a justiça e a fazer o bem, expressões da verdadeira obediência (Is 1,10-17).

Cumprir um ritualismo vazio, celebrações de festas e sacrifícios sem um coração realmente sincero para com Deus e seus princípios, parece não ser tão incomum. Já praticar a justiça social e colaborar com a causa dos necessitados não é algo tão simples de dissimular. Oséias parece ter a mesma ideia quando declara em nome de Deus: “Porque eu quero misericórdia e não sacrifício; e o conhecimento de Deus, mais do que holocaustos” (Os 6,6). Essa afirmação vem depois do profeta anunciar os delitos da nação que causavam grande

O chamado dos profetas

injustiça social (Os 4,1-3). Dessa maneira, pode-se entender que a relação entre a obediência da lei e a prática da justiça social na visão profética é de interdependência.

Zacarias registra que Israel não ouviu a lei, deixando assim a preocupação e o cuidado com os desfavorecidos (Zc 7,8-12). Isaías no capítulo 58 novamente traz uma revelação que confronta fortemente a religiosidade fingida. A ideia de que a obediência da lei e a vontade de Deus são muito mais o abandono da maldade, da opressão, a ajuda prática ao próximo, do que as práticas ritualísticas e cerimoniais, toma forma e se evidencia neste texto.

Enfim, cabe ressaltar a declaração do profeta Jeremias que traz uma revelação contundente a respeito do tema:

Ai daquele que edifica a sua casa com injustiça e os seus aposentos sem direito; que se serve do serviço do seu próximo, sem paga, e não lhe dá o salário do seu trabalho; que diz: edificarei para mim *uma* casa espaçosa e aposentos largos, e lhe abre janelas, e *está* forrada de cedro e pintada de vermelhão. Reinarás tu, só porque te encerras em cedro? Acaso, teu pai não comeu e bebeu e não exercitou o juízo e a justiça? Por isso, tudo lhe sucedeu bem. Julgou a causa do aflito e do necessitado; então, *lhe* sucedeu bem; *porventura*, não é isto conhecer-me? — diz o SENHOR (Jr 22,13-16).

O rei Joaquim, filho do rei Josias, é criticado por suas construções luxuosas erguidas com trabalho forçado (CRÜSEMANN, 2001, p. 299). A questão é que Josias foi responsável por intenso comprometimento da nação de Israel com a lei revelada no livro que foi encontrado no templo (2Rs 22).

No entanto, Jeremias ao citar o exemplo de Josias na repreensão a seu filho Joaquim, não faz alusão a nenhum outro aspecto da lei encontrada no livro que em seu reinado foi achado (2Rs 22,8), mas unicamente ao juízo e a justiça (Jr 22,15). De forma ainda mais ampla ele fala que o motivo de tudo ter lhe sucedido bem, foi porque julgou a causa do aflito e do necessitado, concluindo com a seguinte revelação a esse respeito: “porventura, não é isto conhecer-me?” (Jr 22,16).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão demonstrou que os profetas eram figuras de suma importância no cenário da nação de Israel. Eram homens normais, sujeitos às mesmas fraquezas do que qualquer outro homem, porém, Deus os escolhia para se relacionar com todo o povo, principalmente na tarefa de advertir e repreender. Desse modo, foram explicitados neste artigo dois aspectos do chamado dos profetas: o primeiro, como um apelo à obediência da lei; e o segundo, como um apelo à prática da justiça social.

Como apelo à obediência da lei, verificou-se que os profetas levavam uma mensagem de exortação ao povo ou a alguém em específico. Isso acontecia sempre que esses relaxavam em obedecer à lei e se entregavam à adoração de deuses pagãos, ao descumprimento de leis cerimoniais e morais, à opressão e exploração do povo, à falta de zelo e cuidado com o templo e

outros pecados. O profeta tentava, antes de mais nada, despertar a consciência dos ouvintes para o arrependimento e a verdadeira conversão, resultando assim em uma mudança de atitude e de vida.

Na condição de chamado como apelo à prática da justiça social, verificou-se que esse era um assunto ministrado frequentemente pelos profetas. Leis foram dadas por Deus por meio de Moisés com a finalidade de manter a nação sempre atenta aos direitos e às necessidades dos desfavorecidos. A prática da justiça social deveria ser parte integrante da vida cotidiana do povo, uma expressão de gratidão a Deus e não uma prática induzida pela obrigatoriedade.

Nesse contexto, como se pôde averiguar, o chamado dos profetas como um apelo à obediência da lei e um apelo à prática da justiça social era uma característica intrínseca ao seu ministério. Além disso, verificou-se que a relação entre um tipo de apelo e outro é de intensa conexão, ou seja, a obediência da lei está intimamente conectada com a prática da justiça social, sendo expressões ou sinais de uma verdadeira conversão a Deus.

Infelizmente, na atualidade, parece que tais aspectos bíblicos são minimizados. Posto isso, espera-se que este artigo desperte uma reflexão teológica mais profunda sobre o assunto, encorajando a produção de pesquisas semelhantes e relacionadas ao tema, como, por exemplo, sobre a atuação profética hoje, o dom de profecia, a justiça social na prática do cristão e da Igreja, dentre outras. ✨

REFERÊNCIAS

A BÍBLIA Sagrada. Edição Almeida Revista e Corrigida. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2009.

ALLEN, Clifton J. (Ed.). **Comentário bíblico Broadman: Levítico - Rute**. 2. ed. Rio de Janeiro: JUERP, 1994. v. 2.

COELHO, Alexandre; DANIEL, Silas. **Os doze profetas menores**. Rio de Janeiro: CPAD, 2012.

CRÜSEMANN, Frank. **A Torá: teologia e história social da Lei do Antigo Testamento**. Petrópolis: Vozes, 2001.

CHAMPLIN, Russell Norman; BENTES, João Marques. **Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia**. São Paulo: Candeia, 1997. v 3.

HILL, Andrew E.; WALTON, John H. **Panorama do Antigo Testamento**. São Paulo: Vida, 2007.

LAHAYE, Tim; HINDSON, Ed. (Eds.). **Enciclopédia popular de profecia bíblica**. Rio de Janeiro: CPAD, 2010.

MACDONALD, William. **Comentário bíblico popular: Antigo Testamento**. São Paulo: Mundo Cristão, 2011.

MEISTER, Mauro Fernando. **Lei e graça**. São Paulo: Cultura Cristã, 2003.

O chamado dos profetas

ROBINSON, Haddon; LARSON, Craig Brian. (Orgs.). **A arte e o ofício da pregação bíblica**. São Paulo: Shedd Publicações, 2009.

SHEDD, Russell P. **A justiça social e a interpretação da Bíblia**. São Paulo: Vida Nova, 1993.

SICRE, José Luís. **Profetismo em Israel**: o profeta, os profetas, a mensagem. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

WALTKE, Bruce K. **Buscar a vontade de Deus**: uma ideia cristã ou pagã? São Paulo: Vida Nova, 2015.

WIERSBE, Warren W. **Comentário bíblico expositivo**: Antigo Testamento, proféticos. São Paulo: Geográfica, 2010. v. 4.

Recebido em: 01/11/2023.

Aceito em: 16/11/2024.